

## #OGiganteAcordou: olhares sobre estética e política nas manifestações brasileiras em junho de 2013<sup>1</sup>

Máira de Souza NUNES<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo pretende analisar o contexto das manifestações políticas e sociais ocorridas no mês de junho de 2013, no Brasil, e pensar de que maneira a geração política que se estabelece na internet e nas redes sociais produz sentidos políticos. As manifestações geraram surpresa e suscitaram diferentes interpretações por parte da mídia e de intelectuais. Iniciadas por causas pontuais, as manifestações possibilitaram o debate sobre direitos democráticos, representação partidária, violência policial e evidenciaram a necessidade de atualização do debate político no ciberespaço. A partir da análise da estética política de Rancière, da partilha do sensível, investigar de que maneira os jovens atores políticos brasileiros estabeleceram seus próprios sentidos, descentralizados do modelo iluminista-liberal de representação democrática, discutindo a sociedade do espetáculo e a hegemonia política. Perceber, a partir das análises produzidas no momento da eclosão do movimento, a reação ao discurso político conservador, o apartidarismo e a organização na internet. Os sentidos da “tomada da rua” percebido através do esvaziamento do debate político e da pauta de esquerda, em função da invasão conservadora que caracterizou a evolução das manifestações.

**PALAVRAS-CHAVE:** política; estética; manifestações, hegemonia.

Ao longo da história, os movimentos sociais têm se estabelecido enquanto instrumentos da mudança social. Induzidos pela desconfiança nas instituições políticas e democráticas e pela incapacidade de governantes reverterem a crise de legitimidade do poder político representativo, os indivíduos envolvem-se na ação coletiva para exercer a pressão política e defender suas demandas. Para Manuel Castells (2013, p. 158) os movimentos sociais “exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança”

<sup>1</sup> Artigo apresentado no Eixo 4 – Política, Inclusão Digital e Ciberativismo do VII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura realizado de 20 a 22 de novembro de 2013.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná. Professora do Centro Universitário Internacional UNINTER. Email: mairanunes@gmail.com

e, na era da internet são organizados em rede e de maneira horizontal e não hierarquizada.

As manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013 inseriram o país no mapa das manifestações mundiais- Acampadas, Occupy e a chamada “Primavera Árabe”- e, ao ocuparem as ruas de todo o país, chamaram a atenção não apenas para a insatisfação com os rumos da política, mas principalmente para a potência das redes digitais. Representantes do poder político e da chamada velha mídia (os grandes veículos de comunicação) não perceberam que as redes sociais representam atualmente “plataformas de construção política, onde vozes dissonantes ganham escala, pois não são mediadas pelos veículos tradicionais de comunicação – ou seja, onde você encontra o que não é visto em outros lugares, por exemplo.” e que estão alterando as formas de fazer política e de participação social. (SAKAMOTO, 2013, p. 95)

Os movimentos tornam-se virais, espalhando-se por países, estados e cidades, inspirados pela possibilidade de mudança, e produzem a multidão como sujeito político. “Trata-se de política como comoção, catarse, mas também negociação e mediação.” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 15). A desconfiança em autoridades políticas, a não identificação de lideranças específicas e a ocupação de espaços públicos caracterizam essas novas formas de pensar o jogo político.

### **As Jornadas de Junho**

As manifestações ocorridas em junho de 2013, em todo o Brasil, geraram surpresa e suscitaram diferentes interpretações por parte da mídia e de intelectuais. Iniciadas por causas pontuais, as manifestações possibilitaram o debate sobre direitos democráticos, representação partidária, violência policial e evidenciaram a necessidade de atualização do debate político no ciberespaço.

Segundo pesquisa do Ibope (PORTAL TERRA, 2013) realizada em oito capitais brasileiras, 46% das pessoas que participaram das passeatas nunca tinham estado em uma manifestação de rua; 78% dos manifestantes disseram que se organizaram pelas redes sociais; 75% afirmam que usaram as redes sociais para convidar amigos para as manifestações; 52% dos que se manifestaram eram estudantes. Com relação ao

posicionamento político, 89% afirmaram não se sentirem representados por qualquer partido político e 96% dos entrevistados declarou não ser filiado a nenhum partido.

As primeiras análises, produzidas ainda no calor dos eventos, apontaram para alguns aspectos fundamentais como a inicial identificação da população com a causa do Movimento Passe Livre após a repressão policial, amplamente divulgada na mídia e nas redes sociais. A chamada “velha mídia” ou mídia tradicional não soube perceber a força do movimento e a extensão das demandas iniciais. O menosprezo inicial, demonstrado por diversos jornalistas e articulistas, como Arnaldo Jabor, logo tornou-se reconhecimento da validade do movimento (BRASIL 247, 2013). Outras análises também levaram em consideração o debate democrático, como Alfredo Bosi, que definiu as manifestações como “um fenômeno de massa, principalmente de jovens e conectados às redes sociais causado pela defesa da livre manifestação, mas cabe agora questionar-se como tornar viável uma democracia participativa e quais seriam suas causas.” (apud RODRIGUES, 2013).

Segundo definição do próprio Movimento Passe Livre de São Paulo, deflagrador das manifestações nacionais:

Somos um movimento social autônomo, horizontal e apartidário, que jamais pretendeu representar o conjunto de manifestantes que tomou as ruas do país. Nossa palavra é mais uma dentre aquelas gritadas nas ruas, erguidas em cartazes, pixadas nos muros. Em São Paulo, convocamos as manifestações com uma reivindicação clara e concreta: revogar o aumento. Se antes isso parecia impossível, provamos que não era e avançamos na luta por aquela que é e sempre foi a nossa bandeira, um transporte verdadeiramente público. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013).

Um dos principais aspectos visíveis no movimento foi a possível reação a um estado de alienação política de uma juventude que não acredita na democracia e é impotente frente à estrutura política corrupta no Brasil. A possibilidade de sentir-se enquanto sujeito histórico e de expressar o mal estar com relação à representação política partidária representou uma força motriz para os sujeitos e grupos que participaram das manifestações, como a possibilidade de realmente protagonizar o debate político. Para Safatle (2013), a partir das manifestações a “política brasileira não

se dará mais no interior de partidos que há muito perderam sua função de caixa de ressonância dos embates sociais. Ela será decidida nas ruas.”

Muitas críticas também foram feitas ao fato do movimento não possuir uma liderança reconhecida e atuante, nos moldes dos movimentos sociais tradicionais. Para Pierre Lévy (2013)

A falta de líderes é um sinal de uma nova maneira de coordenar, em rede. Talvez nós não necessitemos de um líder. Você não deve esperar resultados diretos e imediatos a partir dos protestos. Nem mudanças políticas importantes. O que é importante é uma nova consciência, um choque cultural que terá efeitos a longo prazo na sociedade brasileira.

Com relação às lideranças e ao espetáculo midiático torna-se importante ressaltar que não apenas a organização em rede tem estabelecido uma diferente forma de relação política, mas também o próprio papel dos intelectuais vem mudando ao longo do processo histórico. Para Eric Hobsbawm (2013) um dos motivos do “declínio dos grandes intelectuais protestativos” é a despolitização dos cidadãos ocidentais, devido ao triunfo da sociedade de consumo. O trajeto histórico que seguiu-se da democracia ateniense ao espaço público do shopping center transformou e reduziu o espaço disponível para a grande força dos séculos XIX e XX: a crença que a ação política era uma forma de aperfeiçoar o mundo.

No entanto, outro elemento determinou a forma da nova era. Foi a crise de valores e perspectivas tradicionais, talvez acima de tudo, o abandono da velha crença no progresso global da razão, da ciência e da possibilidade de melhorar a condição humana. Depois das Revoluções Americana e Francesa, o vocabulário do iluminismo do século XVIII, com sua sólida confiança no futuro das ideologias com raízes naquelas grandes reviravoltas, disseminou-se entre os campeões do progresso político e social no mundo inteiro. Uma coalizão dessas ideologias e dos Estados que as patrocinavam obteve talvez seu último triunfo na vitória contra Hitler na Segunda Guerra Mundial. (HOBBSAWM, 2013, 231).

Este aparente desinteresse com as ideologias políticas pôde ser percebido nas manifestações, marcadas por contarem com a participação de uma massa jovem indignada e desinformada. Apesar da grande articulação política das dos grupos que iniciaram os protestos, aos poucos o pensamento conservador revelou-se em um

nacionalismo vazio, palavras de ordem esvaziadas pelo coro anticorrupção, tornano um movimento inicialmente apartidário em antipartidário.

É preciso lembrar que a taxa de apartidarismo por parte da população sempre foi alta no Brasil, uma vez que os partidos burgueses e as instituições representativas nunca vicejaram entre nós. A democracia liberal foi sempre um interregno numa persistência ditatorial. Os partidos de esquerda não puderam se estruturar dentro da legalidade senão recentemente. Isto lhes permitiu manter coerência programática e “imunidade” ante o desgaste de se atrelar a uma ordem instável. Mas hoje já se apresentam como protoestados que mimetizam organicamente o aparelho burocrático estatal. Eles chegam mesmo a manter dentro de si subpartidos (tendências) que competem entre si pelo controle da máquina partidária, assim como simulam uma disputa pela sociedade civil que é, na verdade, apenas a luta pela máquina estatal. A trajetória do PT foi a que mais evidenciou esta “evolução” do protesto social ao transformismo político. (SECCO, 2013, p. 74).

A insatisfação voltou-se contra as instituições tradicionais – partidos políticos e meios de comunicação – demonstrando o caráter geracional da ordem neoliberal, conservadora e consumista. Para Sakamoto (2013, p. 98) a questão não é apenas partidária (PT x PMDB) ou a garantia de emprego e acesso ao consumo. Os jovens “querem sentir que poderão ser protagonistas de seu país e de sua vida. E enxergam a classe política e as instituições tradicionais como parte do problema.”

### **Insatisfação Mundial**

As manifestações mundiais que vêm ocorrendo desde 2011 com grande intensidade têm sido frequentemente comparadas às que tiveram lugar no ano de 1968, momento histórico que evidenciou a força de mobilização da juventude, seja de estudantes ou trabalhadores. “Mais recentemente uma revolução inédita nas comunicações pessoais reforçou imensamente sua capacidade de reação política.” (HOBBSAWM, 2013, 232). A princípio o avanço tecnológico facilitou a mobilização das massas de excluídos e oprimidos da sociedade liberal, no entanto tem criado, a partir do final do século XX uma era de irracionalidade política. Para Hobsbawm (2013, 234) “é um paradoxo do nosso tempo o fato de que a irracionalidade na política e na ideologia não tem tido dificuldade nenhuma para coexistir com, e na realidade usar, a tecnologia mais avançada.”

A “política de espetáculo” – apontada pelos pensadores do pós-modernismo europeu como o sinal da morte da política – não seria mais do que uma nova forma de espetáculo político, que dispensa o cerimonial do poder, as grandes simbolizações, em favor do envolvimento da audiência pela mídia. (SODRÉ, 2006, p. 167).

No entanto, não se deve ceder ao determinismo tecnológico no sentido de conferir aos meios de comunicação o caráter monopolizador dos discursos políticos. Os meios de comunicação podem ter uma posição privilegiada na distribuição de “mensagens”, mas não possuem o monopólio do processo de atribuição de sentido aos “significantes vazios”. Seus efeitos são diluídos no “campo discursivo”. Para Cazelotto (2010) o computador não é mais um elemento externo e ressignificado na luta de classes.

Ele está de tal forma implicado na quase totalidade das práticas culturais humanas (da religião ao sexo, passando pela economia e pelos vínculos de amizade) que não pode ser considerado um meio para transformar a cultura: ele é, cada vez mais, o *suporte necessário* da cultura, o suporte privilegiado do cultural, impondo a esse suas normas, ética e valores.

Cazelotto (2010) retoma os estudos de Laclau e Mouffe sobre as classes sociais e afirma que eles veem o social como um espaço atravessado por projetos antagônicos, vindos de diferentes grupos sociais. Assim, um grupo é capaz de produzir uma cadeia de equivalência, fazendo coincidir dimensões de seus projetos particulares com os projetos de outros grupos, realizando, assim, uma “articulação” provisória e instável, entre interesses distintos, conquistada pela atribuição de um significado instável àquilo que os autores denominam “significante vazio”.

Isso não implica que não haja lutas sociais pela construção da hegemonia; quer dizer que, como elemento constituinte provisório, instável e fragmentado, não cabe, no pensamento dos autores, a ideia de uma hegemonia totalizante, que dê um sentido completo ao social transformando-o em “sociedade”. (CAZELOTTO, 2010).

Para pensar as relações entre hegemonia e poder político, deve-se analisar o caso europeu, cujas reações populares ocorreram antes do Brasil. Para Jacques Rancière tem se tornado evidente que os Estados nacionais estão agindo como intermediários entre um poder “inter-estatal” e os poderes financeiros. Tanto governos de esquerda quanto

de direita tem desenvolvido programas que minam o Estado de Bem Estar Social sem garantir políticas de igualdade.

Esses movimentos certamente respondem à ideia mais fundamental da política: o poder próprio daqueles que nenhum motivo particular destina ao exercício do poder, a manifestação de uma capacidade que é de todos e de qualquer um. E esse poder se materializou de uma maneira que também está de acordo com esta ideia fundamental: afirmando esse poder do povo mediante uma subversão da distribuição normal dos espaços. Geralmente há espaços, como as ruas, destinados à circulação de pessoas e bens, e espaços públicos, como parlamentos ou ministérios, destinados à vida pública e ao tratamento de assuntos comuns. A política sempre se manifesta através de uma distorção dessa lógica. Os manifestantes de hoje já não possuem nem chão nem horizonte que dê validade histórica ao seu combate. Eles são, em primeiro lugar, indignados, pessoas que rejeitam a ordem existente sem poder considerar-se agentes de um processo histórico. E é isso que alguns aproveitam para denunciar interesseiramente, o seu idealismo ou o seu moralismo. (RANCIÈRE, 2012).

Para o autor, na Europa o livre mercado tem se mostrado cada vez mais como uma força que transforma as instituições representativas em simples agentes da sua vontade e reduz a liberdade de escolha dos cidadãos. “Nessa situação, ou denunciemos a própria ideia de democracia como uma ilusão, ou repensamos completamente o que a democracia, no sentido forte do termo, significa.” (RANCIÈRE, 2012)

A democracia não deve ser considerada uma forma de Estado, mas a realidade de um poder do povo. Para Rancière sempre haverá tensão entre a democracia como exercício de um poder compartilhado, e o Estado, cujo princípio é apropriar-se desse poder. Portanto, para recuperar os valores da democracia deve-se centrar-se na existência de uma capacidade de julgar e decidir de todos, frente a monopolização do poder, reafirmando que essa capacidade seja exercida através de instituições próprias, distintas do Estado.

Pois bem, essa situação não é o resultado de uma doença da civilização, e sim da violência com que os senhores do mundo dirigem hoje a sua ofensiva contra os povos. O grande defeito dos cidadãos continua sendo, hoje, o mesmo de sempre: deixar-se despojar de seu poder. Ora, o poder dos cidadãos é, acima de tudo, o poder de agir por si próprios, de constituir-se em força autônoma. A cidadania não é uma prerrogativa ligada ao fato de haver sido contabilizado no censo como habitante e eleitor em um país; ela é, acima de tudo, um exercício que não pode ser delegado. Portanto, é preciso opor claramente esse exercício da ação cidadã aos discursos moralizantes que se ouvem em quase todos os lugares sobre a responsabilidade dos cidadãos na crise da democracia. Esses discursos lamentam o desinteresse dos cidadãos pela vida pública e o imputam

à deriva individualista dos indivíduos consumidores. Essas supostas chamadas à responsabilidade cidadã só têm, na verdade, um efeito: culpar os cidadãos para prendê-los mais facilmente no jogo institucional que só consiste em selecionar, entre os membros da classe dominante, aqueles por quem os cidadãos preferirão deixar-se despojar de sua potência de agir. (RANCIÈRE, 2012).

## A política nas ruas

A análise das manifestações de junho permite concluir, como o faz Muniz Sodré (2006, p. 125) que a política não possui mais espaço central na vida das pessoas, como aconteceu no final do século XIX e início do século XX, mesmo mantendo sua relação com as estruturas de poder. Para o autor, a política não se restringe ao poder

A referência ao que, no poder, se faz implícito (o polêmico) e explícito (agências de intervenção) dá margens à concepções variadas no âmbito da ciência política, que oscilam entre o entendimento da política como um “livre agir” do cidadão – portanto, uma atividade livre (não sujeita à ordem jurídica), criativa e originadora de transformações no âmbito da cidadania – e o de uma ação de poder organizado (Estado), com um valor configurativo de ordem então dita “vinculativa”. Ao lado dessas oscilações conceituais, situa-se a política como “orientação para a realização de fins”, para a qual existe em inglês o termo *policy*, distinto de *politics*. (SODRÉ, 2006, p. 132).

Atualmente as discussões sobre o papel da política centram-se no debate sobre a modernidade e a sua capacidade, ou não de solucionar as sucessivas crises de representação. Pensar o esgotamento do Estado de direito enquanto gerador normativo e debater a visão otimista da história humana, a sociedade do espetáculo e a estética política

Se, conforme foi sugerido, denominamos a fase extrema do capitalismo que estamos vivendo como espetáculo, na qual todas as coisas estão exibidas na sua separação de si mesmas, então espetáculo e consumo são as duas faces de uma única impossibilidade de usar. O que não pode ser usado acaba, como tal, entregue ao consumo ou à exibição espetacular. Mas isso significa que se tornou impossível profanar (ou, pelo menos, exige procedimentos especiais). Se profanar significa restituir ao uso comum o que havia sido separado na esfera do sagrado, a religião capitalista, na sua fase extrema, está voltada para a criação de algo absolutamente improfanável. (AGAMBEN, 2007, p. 71).

A crise do sistema político representativo passa pela sua incapacidade de oferecer alternativas aos jovens com relação ao jogo político; estes mobilizam-se para demandar alternativas de exercício da política



Através destas lutas, as ruas e as praças ecoam uma demanda irreprimível característica dos processos atuais de subjetivação: a exigência de franqueza como elemento básico nas relações que envolvem a governamentalidade em todos os seus aspectos. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 200).

A identificação do PT como representante da “decadência política” deve-se, entre muitos fatores, à sua impossibilidade de criar uma opção efetivamente à esquerda, devido às concessões e acordos com a elite industrial capitalista, produzindo uma reação conservadora na base trabalhista. Outro aspecto importante é a proposta de universalização da pauta política dos movimentos, que tende a deixar de fora a luta histórica de mulheres, negros, homossexuais, camponeses, entre outros.

Hoje os jovens precários padecendo de uma juventude interminável, de uma educação permanente, mas capazes de inventar as novas relações que constituem o mundo cansaram de ser objeto da promessa de ganhos mirabolantes escondidos ao final de grandes maratonas. Gostam de compartilhar, querem colaborar livremente entre seus coletivos e exigem que lhes seja devolvida a franqueza com que se relacionam com os estados, as corporações e as instituições. Se as condições para o jogo da franqueza social são o anonimato e o vazamento, eles estão dispostos a inundar as ruas e as praças, sobrecarregar as redes sociais e informacionais exigindo honestidade e transparência na governança, condições mínimas para aceitação da governamentalidade. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 209).

A desigualdade social, resultado da globalização neoliberal, afeta a cidade, a circulação, o acesso a bens culturais e a pauta política. As manifestações, motivadas pela ideologia de esquerda, apresentaram um conteúdo extremamente conservador da “da “elite branca” paulistana à chamada “nova classe média” que ascendeu socialmente, tendo como referências símbolos de consumo (e a ausência deles como depressão).” (SAKAMOTO, 2013, 97). O descontentamento generalizado, desconfiança e descrédito refletem o vazio político da falta de laço histórico e perspectiva de futuro, amplificados pela sedução de “tomar a rua”.

O principal desafio político imposto pelas manifestações de junho encontra-se no debate da legitimidade dos representantes políticos e na possibilidade de criação de uma agenda que atenda a demanda de renovação. Resta saber se o Estado e os políticos

sentiram-se suficientemente ameaçados para promover mudanças e, principalmente, se o debate político das ruas se refletirá em mudanças eleitorais.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BRASIL 247. **Jabor, que atacou manifestações, admite que errou**. Disponível em <<http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/105579/>>. Acesso em 10/07/2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAZELOTO, Edilson. Por um conceito de hegemonia na cibercultura. **Comunicação & Sociedade**, Ano 32, n. 54, p. 149-171, jul./dez. 2010. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/download/2053/2315>. Acesso em 10/07/2013.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LÈVY, Pierre. Entrevista à André Miranda: Pierre Lévy comenta os protestos no Brasil: 'Uma consciência surgiu. Seus frutos virão a longo prazo'. **JORNAL O GLOBO**. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/cultura/pierre-levy-comenta-os-protestos-no-brasil-uma-consciencia-surgiu-seus- frutos-virao-longo-prazo-8809714>>. Acesso em 10/10/2013.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Carta aberta do Movimento Passe Livre São Paulo à Presidenta. Disponível em <<http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/24/carta-aberta-do-mpl-sp-a-presidenta/>>. Acesso em 10/07/2013.

PORTAL TERRA. **Ibope: 46% dos manifestantes nunca tinham participado de protesto de rua**. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/ibope-46-dos-manifestantes-nunca-tinham-participado-de-protesto-de-rua,1ade09ad0b37f310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em 10/07/2013.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXOExperimental org./Ed. 34, 2005.

\_\_\_\_\_. Entrevista. **Revista Fórum**, 2012. Disponível em <<http://revistaforum.com.br/blog/2012/01/entrevista-com-jacques-ranciere-sobre-os-movimentos-de-ocupacao-e-a-democracia/#>>. Acesso em 10/07/2013.

RODRIGUES, Cintia. Para pensadores reunidos no Instituto de Estudos Avançados da USP, percepção de que se pode intervir na política marcará história. **PORTAL IG**. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-06-21/debate-academico-protestos-cresceram-por-dar-vida-a-geracao-entediada.html>>. Acesso em 10/07/2013.

SAFATLE, Vladimir. Opinião: Política não se dará mais dentro dos partidos, mas nas ruas. **Folha de São Paulo**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299578-opinioao-politica-nao-se-dara-mais-dentro-dos-partidos-mas-nas-ruas.shtml>>. Acesso em 10/07/2013.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, O Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2006.